

---

# DISCURSO DE ABERTURA

**37º Congresso Nacional do PSD, 16 de Fevereiro de 2018**

Senhoras e Senhores Congressistas  
Minhas Senhoras e meus Senhores

As minhas primeiras palavras são de saudação a todas as companheiras e companheiros congressistas que, por eleição direta, representam neste Congresso Nacional todos os militantes do Partido Social Democrata. Para eles um grande abraço de respeito e de companheirismo.

São os nossos militantes que, no dia-a-dia, com a sua vontade e o seu voluntarismo constroem o nosso partido.

É assim há 44 anos e, por isso, englobo também nesta minha homenagem todos aqueles que, não estando já, infelizmente, entre nós, são juntamente connosco, os grandes obreiros deste grande partido português, que se pode e deve orgulhar da sua história e do muito que fez por Portugal.

Seguramente que cometemos erros e tivemos falhas ao longo do nosso percurso – nem podia ser diferente quando a obra é feita por pessoas – mas no balanço deste caminho que já percorremos, temos motivos de orgulho pelo trabalho realizado e pela enorme dedicação com que tantos portugueses serviram a causa pública através do PSD.

Nas freguesias, nos municípios, nas Regiões Autónomas, no Parlamento, no Governo, nos sindicatos, nas próprias comissões de trabalhadores ou nas associações de estudantes, milhares de militantes sociais-democratas serviram, de forma dedicada, o nosso País, ao longo da nossa história.

Vamos ser realistas. Houve quem falhasse. Houve quem se tivesse afastado dos valores éticos que todos professamos, mas não podemos confundir a árvore com a floresta. Não podemos esquecer os milhares de militantes que serviram com honra e altruísmo. E esses são a esmagadora maioria; um grande conjunto de portugueses que, sob a bandeira do PSD, serviram Portugal.

Na pessoa do nosso militante nº 1, Dr. Francisco Pinto Balsemão, presto aqui a minha sincera homenagem e o meu respeito a todos eles, por todo esse trabalho e por toda essa dedicação, tantas vezes anónima.

Do muito que fizemos, desde a nossa fundação em maio de 1974, seguramente que se conta também a nossa mais recente governação, em que, juntamente com o CDS – que daqui saúdo em especial - fomos chamados a cumprir patrioticamente um exigente programa de austeridade, desenhado e negociado por outros; ou seja, pelos que meteram o País no buraco financeiro mais negro do pós 25 de Abril.

Não só por isso, mas principalmente por isto, devemos todos, neste momento em que termina formalmente as suas funções de Presidente do PSD, uma palavra de apreço e gratidão a Pedro Passos Coelho.

O que ficará destes seus 8 anos à frente do nosso partido, não serão as críticas que, em qualquer circunstância, o exercício deste cargo sempre teve e terá; fica um trabalho de governação que a história reterá como de salvação nacional em face da situação que, sem qualquer responsabilidade, herdou.

O tempo é o melhor juiz da nossa passagem por este mundo. É ele o único que consegue separar em definitivo o importante do secundário. É ele que valoriza para sempre o relevante e coloca na sua verdadeira dimensão o acessório.

Cumprimento todos os anteriores presidentes do PSD neste momento em que assumo formalmente essas funções, mas permitam-me que o faça de um modo muito especial com aquele que agora as cessa e, ao qual, eu tenho a honra de suceder.

Caro Pedro, em nome do nosso partido, muito obrigado pelo que fizeste por Portugal.

Caras e caros congressistas

Um outro anterior presidente do PSD merece aqui, também, um cumprimento particular da minha parte. Neste congresso, não tanto por ter exercido essa função, mas porque teve a coragem e a humildade democrática de disputar comigo as recentes eleições diretas para a nossa liderança.

Com a sua disponibilidade, e o seu gosto pelos combates políticos internos e externos ao PPD/PSD, o Pedro Santana Lopes cumpriu mais um ato de militância ativa e empenhada. Parte da vitória de um qualquer vencedor, pertence sempre aos seus adversários, pois, sem eles, a vitória não tem nunca a força e a dimensão que só uma difícil disputa eleitoral consegue dar.

Por isso, parte da minha vitória é, também, do Pedro Santana Lopes e daqueles que estiveram de forma digna e sincera com a sua candidatura.

Obrigado Pedro, pela tua participação, pelo teu empenho e pelo teu esforço. Ajudaste a provar que somos um grande partido e que, todos juntos, vamos poder continuar a servir Portugal.

Portugal precisa do PSD, e o PSD, todo ele, saberá dizer “presente” ao nosso País.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores congressistas

Dedico esta minha primeira intervenção no nosso Congresso ao futuro do Partido Social Democrata. E faço-o começando por invocar dois pensamentos.

Primeiro, que nada na vida tem futuro, quando não somos capazes de relevar e interpretar devidamente o passado. Sem continuidade cultural, nada se desenvolve de forma livre e equilibrada. Por isso, comigo à frente do partido, iremos sempre fazer uma evolução em harmonia com a nossa história - sem ferir os nossos princípios de sempre, sem confrontos geracionais, sem sobressaltos ideológicos e sem ruturas desnecessárias.

Em segundo, a invocação de uma frase do nosso fundador Francisco Sá Carneiro: “Primeiro está Portugal, depois o partido e, por fim, a nossa circunstância pessoal.”

É este princípio que Sá Carneiro nos apontou que temos de ter sempre como pano de fundo de toda a nossa atuação política. Os partidos existem para servir o País, não existem para dar corpo às suas pequenas táticas, nem aos interesses dos seus dirigentes. Nada deve condicionar a melhor decisão por Portugal.

É Portugal que temos de ter sempre no nosso horizonte. Porque é justamente aqui, que começa a linha de fronteira entre a aproximação ou afastamento dos partidos às pessoas.

Não é por se dizer que se tem de governar para as pessoas que tal acontece, acontece quando os atos o comprovam; quando há coerência entre o que se pensa, o que se diz e o que se faz.

Ao contrário do que muitos protagonistas da nossa vida política e social pensam, o povo percebe bem melhor do que se julga, quando somos verdadeiros ou quando estamos a ser falsos.

Portugal tem um conjunto de estrangulamentos estruturais que nenhum partido está capaz de resolver isoladamente, e que condicionam fortemente o seu desenvolvimento. Um partido que põe o País em primeiro lugar é um partido disponível para, em nome do superior interesse nacional, procurar dialogar e resolver com os outros, o que sozinho jamais conseguirá com a indispensável eficácia.

Quando assim é, não podem estar presentes na nossa equação apenas os parâmetros que valorizam a vertente tática de interesses menores, muitas vezes ancorados num discurso com reserva mental. Nem podem toldar o nosso caminho análises políticas de circunstância, em que muitas vezes nos deixamos envolver, permitindo que a futilidade e o efémero se sobreponham ao que é verdadeiramente essencial.

Honar o princípio que Sá Carneiro nos indicou, de pôr Portugal em primeiro lugar, é justamente ter esta postura, e não o seu inverso.

É, pois, por aqui que devemos sempre começar; pelos princípios, pelos valores e pela coerência.

Princípios e valores que têm de caminhar de braço dado com a nossa matriz ideológica de sempre, a matriz da social-democracia.

As respostas sociais-democratas às questões políticas que se levantam em 2018, não são seguramente as mesmas que se deram às que se levantavam há 50 anos atrás, mas os princípios e os objetivos norteadores dessas respostas são os mesmos, independentemente da época que vivemos.

Fundamos, em 1974, uma força político partidária em que os portugueses pudessem ver refletidos os seus ideais de liberdade individual e coletiva, de personalismo, de reformismo político, de unidade interclassista, de justiça e solidariedade social, de dinamismo económico, e de desenvolvimento num quadro de igualdade de oportunidades.

Tal como em maio de 74, os nossos princípios e os nossos objetivos permanecem os mesmos. É por estes valores que lutamos. É por esta sociedade que queremos continuar a trabalhar, buscando as soluções mais adequadas aos problemas da atualidade.

Novos problemas, novas soluções; mas sempre os mesmos valores, os mesmos princípios e os mesmos objetivos.

Por isso, temos de, no nosso dia-a-dia, resistir sempre ao discurso fácil e politicamente correto, porque temos de ter sempre, como elemento norteador, os princípios que subjazem à nossa própria fundação, que mais não são do que servir o interesse público à luz da social-democracia.

É isto, aliás, que nos distingue, desde logo, dos Governos que se preocupam em olhar mais para o presente e para a sua popularidade imediata e menos para uma construção sólida e segura do nosso futuro coletivo.

Um Governo que não aproveita um ciclo económico positivo para robustecer o futuro e preparar o país para os ciclos negativos, é um Governo que governa mal! Governa mal, mesmo quando pode parecer que governa bem. Porque entre o ser e o parecer está justamente o interesse de Portugal e, em particular, das gerações futuras.

Um Governo que, para benefício da sua imagem, anunciou há duas semanas, com a necessária ênfase, que conseguiu trazer para Portugal um grande investimento estrangeiro. Só que, quando questionado porque não vai essa importante criação de emprego para uma zona interior do País, confessa que nada teve a ver com a vinda desse investimento, nem com a escolha da sua localização.

Ora aqui está um exemplo de uma governação bem mais preocupada em mostrar-se do que em fazer. Em mostrar como seu, mesmo aquilo que não o é.

Não sei se, no caso concreto deste investimento estrangeiro, estamos perante uma política patriótica e de esquerda ou se de uma cedência ao grande capital; só sei, isso sim, que estamos perante uma oportunidade que deveríamos ter tentado aproveitar para ajudar ao reequilíbrio territorial do nosso País.

Caras e caros companheiros

Temos todos consciência de que os partidos políticos atravessam uma crise de falta de credibilidade e de simpatia por parte dos cidadãos. São muitos os exemplos que nos demonstram tal evidência.

Desde os níveis de abstenção eleitoral à proliferação de candidaturas autárquicas independentes, passando pelo fraco número de militantes partidários ativos e pelas opiniões expressas livremente na sociedade em geral ou nas redes sociais em particular, não faltam elementos de preocupação com o afastamento crescente entre os cidadãos e os partidos.

Temos de tomar consciência que compete aos partidos inverter a situação, não cabe ao povo fazer o que não está ao seu alcance.

Tenho plena consciência deste grave problema nacional, e foi também por isso que me disponibilizei para uma candidatura à liderança do PSD. Não temos, perante esta realidade, o direito à passividade. Não podemos ficar de braços cruzados, porque a hora não é de deitar a toalha ao chão; a hora é de agir!

O desafio que temos pela frente, é o de conseguir que, no sistema partidário português, o Partido Social Democrata seja o primeiro a erguer-se, reaparecendo perante os portugueses como uma força partidária credível, frontal e competente.

Um partido que percebe o que os portugueses querem, e que está capaz de voltar a dar corpo e consistência ao epíteto que historicamente e, por direito próprio, conquistou, que é o de ser “o mais português dos partidos”; aquele que mais se identifica e que melhor representa a sociedade portuguesa no seu todo.

Temos, por isso, de substituir o afastamento das pessoas, pela sua proximidade à atividade partidária.

Temos de substituir, por exemplo, os vetos de gaveta à entrada de novos militantes por medo de se poder perder a pequena influência local, pela entrada livre de todos os portugueses, que se revendo nos nossos princípios ideológicos e se situando no centro do espectro político nacional, pretendam militar de forma séria e desinteressada no PSD.

Todos somos poucos para a nobre tarefa de servir Portugal.

Temos de ser capazes de chamar à participação, não só aqueles que se foram afastando, como, fundamentalmente, cidadãos, que, nunca tendo militado politicamente, são, no entanto, elementos valorosos da denominada sociedade civil, com elevados níveis de competência nas suas áreas profissionais.

São esses que detêm o saber e a capacidade de inovação que poderão ajudar a fazer do nosso futuro programa de governo, um instrumento de estreita ligação entre o pensamento partidário e a realidade social.

São esses que também nos poderão ajudar a combater a enorme diferença que tantas vezes existe entre o pensamento da sociedade e a lógica de raciocínio e atuação de algumas estruturas partidárias - aliás, em grande medida, diferença semelhante à que, não raras vezes, separa a opinião pública da opinião publicada.

Temos de ser um partido aberto. Um partido livre e descomprometido, disponível para todos os que pretendemos servir, ou seja, para os portugueses.

Não podemos, também por isso, desprezar a modernidade e a inovação no nosso próprio funcionamento interno. Temos de adaptar a nossa capacidade administrativa às exigências da própria democracia.

No fim da segunda década do século XXI, um partido político, seja ele qual for, tem de ter um funcionamento administrativo moderno, regulamentos eficazes e uma fiscalização interna independente, capaz de garantir aos seus militantes em particular e, a toda a sociedade em geral, uma completa transparência em todo o seu funcionamento.

Contas partidárias equilibradas e recursos disponíveis otimizados, têm, também, de fazer parte das regras de conduta quotidiana de quem, propondo-se governar Portugal, tem de começar por dar o exemplo certo e correto dentro da sua própria casa. O contrário é algo que não só nenhum português entende, como é um elemento descredibilizador da atividade partidária e de quem o pratica.

Temos, pois, de assumir este enorme desafio de aproximar o PSD às pessoas, numa época em que o fenómeno de rejeição dos partidos tradicionais tem surgido transversalmente na União Europeia. Porque de uma coisa estamos certos: os fenómenos extremistas e populistas, já hoje existentes na Europa, não constituem a solução democrática para essa rejeição.

Temos de assumir esta tarefa que nos cabe por inteiro, a tarefa de revitalização da vida partidária.

Reconhecer que essa responsabilidade é nossa e não de terceiros, é dar o primeiro passo no sentido do sucesso. É, acima de tudo, transformar a dificuldade em oportunidade.

É isso que vamos fazer. É, para isso, que conto com todos vós!

Senhor Presidente, caras e caros congressistas

O desgaste dos partidos políticos perante a sociedade é apenas um dos sintomas de um desgaste mais amplo, que atinge o próprio regime democrático.

A sociedade de hoje é muito diferente da de 1974. Hoje, tudo muda a uma velocidade nunca antes vivida.

As transformações da sociedade portuguesa de 1933 a 1974, durante o Estado Novo, são muito menores do que as que ocorreram nos, também 41 anos, que vão da Constituição de 1976 até hoje. Por isso, não podemos estranhar que a erosão que o tempo em tudo provoca, tenha também produzido os seus efeitos no próprio regime democrático, que, apesar de ter uma vitalidade muito superior a qualquer outro, também não é eterno, nem imune a todas as transformações sociais.

Se não o reformamos e não o adaptamos à nova realidade social, não podemos estranhar se ele não tiver a mesma capacidade de resposta que tinha antes, quando tudo era diferente.

Não é só o Homem que é ele e a sua circunstância, os regimes também se curvam perante o mesmo princípio, e a circunstância de hoje, ou seja, a sociedade em que vivemos - e à qual o regime democrático tem de conseguir dar respostas - é muito diferente daquela em que vivíamos há 40 anos atrás.

Impõe-se, por isso, que o poder político assuma que está na hora de levar a cabo as reformas estruturais necessárias, capazes de voltar a construir um genuíno contrato de confiança entre os cidadãos e a democracia. Se não o fizermos, iremos seguramente continuar a assistir a um crescente afastamento por parte das pessoas.

Se não o fizermos, poderemos continuar a dizer que vivemos em democracia, mas estaremos, cada vez mais, a viver numa democracia que, cumprindo o seu plano formal, não deixará de se continuar a enfraquecer do seu ponto de vista substantivo.

Não é pelo facto de não termos a ameaça iminente de uma ditadura clássica, e de estarmos integrados no espaço europeu, que a democracia não se poderá continuar a degradar, se dela não tratarmos.

O fortalecimento dos poderes fácticos da sociedade, em que os interesses corporativos ou individuais se conseguem sobrepor vezes demais ao interesse coletivo, é talvez o principal sintoma do desgaste que temos de eliminar.

Em democracia os interesses minoritários têm de ser respeitados e defendidos, mas, nunca, se podem impor ao interesse maioritário. Em ditadura é que há interesses setoriais que se impõem ao interesse coletivo. Em democracia tal situação tem de constituir uma anomalia.

“Uma democracia que não se defende vigorosamente não tem o direito de sobreviver”, evoco aqui, pela segunda vez, Francisco Sá Carneiro, que nesta sua afirmação, em 1980, nos transmite a responsabilidade que nos cabe de revigorar permanentemente o nosso regime democrático.

Estamos perante uma tarefa que não é só do PSD. É de todos os partidos democráticos e da sociedade como um todo – e sabemos que, para se começar a resolver os problemas, não basta a crítica e a lamúria, é preciso agir e convocar as pessoas e as instituições para as reformas que temos de encetar:

- A reforma do sistema político, procurando encontrar, não só novas formas de eleição, como principalmente novas formas de funcionamento. Não, porque as vigentes não tenham sido bem delimitadas há 41 anos atrás, mas porque, neste espaço de tempo, tudo mudou e muito se desgastou.

- A reforma da Justiça, procurando dotá-la do muito de que ela carece:

Mais celeridade, mais meios e melhor gestão, melhor qualidade legislativa, melhores conhecimentos técnicos, mais recato no seu funcionamento, melhor cumprimento do segredo de justiça, melhor escrutínio democrático e mais transparência.

Não faltam, neste pilar importantíssimo do regime, objetivos a prosseguir, face aos atrasos que todos constatamos, principalmente quando confrontamos este setor da vida nacional com a brutal evolução que a nossa sociedade sofreu.

Temos de combater a politização da Justiça, assim como temos de evitar a judicialização da política. Há zonas de fronteira que temos de clarificar e marcar muito bem, sob pena de podermos ter um resultado desastroso para todos, principalmente para a própria democracia.

- Temos, também, de encetar a reforma do Estado na sua dupla vertente; na forma de governar o Estado e na forma de gerir a otimização dos recursos disponíveis, departamento a departamento. Uma reforma, que se for para fazer bem feita, e não apenas para produzir notícias, constitui uma tarefa gigantesca.

É, aliás, neste capítulo que cabe outra grande reforma que é a descentralização, a desconcentração e o combate pelo desenvolvimento do interior. Trata-se, seguramente, de uma matéria de regime, porque é uma exigência democrática que o desenvolvimento e a igualdade de oportunidades sejam uma realidade para todos os portugueses na mesma medida.

Destas reformas dependem outros aspetos indiretos de enorme relevo para o País que somos e para a sociedade que queremos ser. Delas decorre o reforço da respeitabilidade das instituições, das relações de poder na sociedade e, até mesmo, da eficácia na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, tantas vezes grosseiramente atropelados.

Quantas vezes, ao abrigo de uma suposta liberdade não se agridem os direitos dos mais vulneráveis? Quantas vezes, nesta sociedade que se quer democrática, cidadãos não viram impunemente a sua condenação ser feita na comunicação social, em vez dos tribunais, que é o lugar certo e legal para se fazerem os julgamentos no momento próprio?

Candidatei-me a Presidente do PSD porque entendo que, como mais nenhum outro partido o faz, teremos de ser nós a procurar sensibilizar a denominada classe política para a necessidade imperiosa de reformas estruturais nas matérias de regime.

Temos, no entanto, de ter uma preocupação primeira antes, durante e depois de todo este processo. A preocupação de renunciar com toda a determinação à demagogia e ao populismo.

Fazer reformas com venerada obediência ao politicamente correto será condenar a própria democracia.

Tudo o que se possa vir a fazer tem de ter sempre como elemento central o prestigiar da função política, porque fazer o seu contrário é colaborar na crescente degradação da sua qualidade. Quanto mais desprestigiarmos a política, menos portugueses sérios e competentes estarão disponíveis para a causa pública. Esse fenómeno já hoje bem visível, aos olhos de todos, não pode, em circunstância alguma, continuar a ser agravado.

A demagogia, que é na prática a arma dos incapazes, tem de ser corajosamente combatida, porque ela é uma das principais ameaças à própria democracia.

Substituir o discurso fácil e popular por uma ação séria e frontal é, hoje mais do que nunca, um risco acrescido, mas é a única forma de servir a causa pública com nobreza e seriedade intelectual.

Por isso, é esse o caminho que o PSD tem de escolher. E é esse o caminho que quero trilhar com todos vós.

Senhor Presidente, caras e caros companheiros

O PSD é um grande partido de poder. Por isso, o seu objetivo é sempre ganhar. Sempre que nos candidatamos, o nosso imperativo é sermos os primeiros.

Os primeiros em todas as eleições a que nos apresentamos como partido: legislativas, europeias, autonómicas e autárquicas. Todas são importantes mas, em face da evolução que temos tido desde 2005, entendo que o PSD deve iniciar, desde já, a sua preparação para as próximas eleições autárquicas de 2021, de forma a reconduzir o nosso Partido à liderança que foi seu apanágio durante tanto tempo.

É a implantação autárquica que melhor sustenta a força real de um partido junto das pessoas. É, pois, essa implantação que temos de reforçar, e para a qual temos de contar com o empenho e o dinamismo de todas as estruturas locais.

Por isso, não pode haver qualquer confusão.

Uma coisa é estarmos disponíveis para dialogar democraticamente com os outros e cooperarmos na busca de soluções para os graves problemas nacionais, que, de outra forma, não é possível resolver. Coisa diferente é estarmos disponíveis para nos subordinarmos aos interesses de outros.

O PSD só está subordinado a um interesse: ao interesse de Portugal.

Não é, aliás, fácil de entender a lógica das declarações de dirigentes do PS e dos outros dois partidos da extrema-esquerda, quando se apressam a referir que a coligação parlamentar está segura e que não há qualquer hipótese de um Bloco Central. Perdem tempo com o que não existe nem existirá.

Perdem tempo com o sexo dos anjos, porque na ânsia de querer marcar permanente presença no teatro mediático, até se esquecem do mais óbvio: esquecem-se que não ganharam as eleições e que, em nenhuma outra circunstância, o PS pode liderar um Governo, em face dos resultados das últimas legislativas.

E mesmo no que concerne à enunciada segurança da referida coligação, ela é, mais ou menos, como a segurança nacional que os portugueses, durante 2017, tiveram a infeliz oportunidade de ver falhar em diversas ocasiões.

A segurança desse arranjo parlamentar é de geometria muito variável.

Quando, na governação à vista, o Governo cede á sua clientela, os parceiros da coligação parlamentar garantem a dita segurança. Quando toca a disciplinar um pouco as finanças públicas, os mesmos agitam os fantasmas da Europa e do grande capital.

Pode até a redução do défice público de 2017 para 2018 se limitar ridiculamente a 0,1 ou 0,2% do PIB - que é praticamente o mesmo que nada - que só isso basta para os parceiros da coligação, de imediato, assumirem um discurso de oposição.

É uma segurança que em vez de cimento armado, usa cartão e cola para segurar a sua consistência.

É uma segurança que tanto o pode ser, como não. Dependem! E à medida que nos aproximarmos dos atos eleitorais de 2019, é evidente que a coisa dependerá ainda mais.

Para nós, 2019 não depende de nada, a não ser da nossa própria vontade em vencer as eleições, sejam elas regionais, para o Parlamento Europeu ou para a Assembleia da República.

O PSD apresentar-se-á aos portugueses como uma alternativa forte e credível a esta governação presa à extrema-esquerda. Uma governação que, ao abrigo de uma conjuntura económica favorável, vai conseguindo esconder toscamente as deficiências estruturais que quotidianamente se agravam. Uma governação que, por força das contradições que em si encerra, não tem possibilidades de enfrentar e, muito menos, de resolver tais deficiências.

A atual solução governativa limita-se a viver à boleia de uma conjuntura económica favorável. Gasta todos os bónus conjunturais que recebe para contentar os seus insaciáveis apoiantes parlamentares. É, claramente, uma solução política que não tem qualquer hipótese de cuidar coerentemente do futuro de Portugal.

---

O futuro de Portugal requer uma governação consciente de que o País tem problemas estruturais que jamais resolveremos sentados à sombra do presente.

O futuro de Portugal exige coragem, consistência e coerência política. Exige que a liderança do Governo nacional esteja mais preocupada com as gerações futuras do que com a permanente subordinação aos periclitantes equilíbrios de uma solução política estruturalmente contraditória.

É esse futuro que o PSD quer oferecer a Portugal.

Um futuro que não vive angustiado com as oscilações dos indicadores conjunturais, porque, com sentido da responsabilidade, soube construir a robustez necessária para termos um Estado forte e uma sociedade livre, dinâmica e criativa.

É esse o nosso objetivo. É essa a nossa razão de ser.

Viva o PSD!  
Viva Portugal!

**Rui Rio**  
(2018/2/16)